



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 6ª Ordinária	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Data: 19/3/24		
Horário de início: 13h46min	Horário de encerramento: 13h57min	
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência da vereadora Fernanda Pereira Altoé, que registrou a presença remota dos vereadores Irlan Melo, Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Ramon Bibiano da Casa de Apoio, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, a presidenta declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, a presidenta comunicou a aprovação das atas das 4ª e 5ª reuniões ordinárias e da 1ª Reunião Extraordinária, realizadas, respectivamente, em 5, 12 e 7/3/24.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 700/23 - "Altera o art. 1º da Lei nº 8.640/03, que 'Dispõe sobre segurança no trânsito em frente a estabelecimento de ensino público e privado". Autoria: Sérgio Fernando Pinho Tavares.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda nº 1.

2) Projeto de Lei nº 725/23 - “Altera a Lei nº 8.565/03 que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos e dá outras providências”. Autoria: Miltinho CGE.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda nº 1.

EM PRIMEIRO TURNO: 3) Projeto de Lei nº 843/24 - “Dispõe sobre a política municipal de proteção às famílias ameaçadas de despejo nas áreas do Município que menciona”. Autoria: Cida Falabella, Iza Lourença e Pedro Patrus.

Aprovado, com voto contrário da presidenta, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

4) Projeto de Lei nº 846/24 - “Institui o Selo Quebra-Cabeça, para identificar sociedades empresárias que adotam medidas de inclusão profissional de pessoa autista ou de seus pais, cônjuge ou responsável legal”. Autoria: Irlan Melo.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

5) Projeto de Resolução nº 848/24 - “Dispõe sobre a sustação parcial de contrato administrativo, em uso da prerrogativa prevista no art. 71, §1º, da CF/88”. Autoria: Braulio Lara, Bruno Pedralva, Cida Falabella, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Gilson Guimarães, Henrique Braga, Irlan Melo, Iza Lourença, Jorge Santos, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Pedro Patrus e Sérgio Fernando Pinho Tavares.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informação por escrito, apresentada pelo relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio.

6) Projeto de Lei nº 855/24 - “Institui o ‘Programa Leandro Lo - Jiu Jitsu na Escola’ no Município de Belo Horizonte”. Autoria: César Gordin.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda(s).

EM REDAÇÃO FINAL: foram aprovados, por unanimidade, os pareceres de redação final aos seguintes projetos: 7) Projeto de Resolução nº 739/23 - “Institui o Banco de Ideias Legislativas no Portal da CMBH”. Autoria: Fernando Luiz; 8) Projeto de Lei nº 747/23 - “Altera a Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à administração direta e dá outras providências”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 34, de 29/9/23; 9) Projeto de Lei nº 808/23 - “Dá o nome de Joaquim Gonçalves de Souza à Rua R, no Bairro Mariano Abreu”. Autoria: Bruno Pedralva.

EM TURNO ÚNICO: 10) Projeto de Lei nº 813/23 - “Dá o nome de Praça Wilson de Moraes Santos a Praça Salerno, no Bairro Aparecida”. Autoria: Marcos Crispim.

Aprovado, com voto contrário da presidenta, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.

11) Projeto de Lei nº 850/24 - “Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida

